



# DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$05

Toda a correspondência, quer oficial quer relativa à assinatura do *Diário do Governo* e à publicação de anúncios, deve ser dirigida à Direção Geral da Imprensa Nacional, bem como os periódicos que trocarem com o mesmo *Diário*.

ASSINATURAS			
As 3 séries . . .	Ano 243	Semestre . . . . .	12550
A 1. <sup>a</sup> série. . . . .	115	:	5800
A 2. <sup>a</sup> série. . . . .	95	:	5800
A 3. <sup>a</sup> série. . . . .	70	:	3850

Aviso: Número de 2 pág., \$05;  
de mais do 2 pág., \$03 por cada 2 pág. ou fração.

O preço dos anúncios é de \$24 a linha, acrescido de \$01(5) de selo por cada um, devendo vir acompanhados das respectivas importâncias. As publicações literárias de que se receham 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

## SUMÁRIO

### Ministério da Marinha:

Portaria n.º 2:196, aumentando a lotação do Depósito de Fardamentos da Armada.

### Ministério da Agricultura:

Decreto n.º 6:450, considerando sem efeito o decreto n.º 6:444, de 5 de Março de 1920, que tornava livre a importação e comércio de açúcares, refinados ou cristalizados, brancos, de proveniência estrangeira.

**Nota.**—Foi publicado um Suplemento ao *Diário do Governo* n.º 51, de 13 de Março de 1920, inserindo o seguinte diploma:

### Ministério das Finanças:

Decreto n.º 6:449, proibindo a compra e venda, entre particulares, de moedas estrangeiras e de títulos representativos das mesmas moedas, excluindo os que vençam juro ou dividendo.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

### Direcção dos Depósitos de Marinha

#### Portaria n.º 2:196

Tendo-se demonstrado insuficiente a lotação do pessoal de escreventes, determinada pela portaria de 14 de Dezembro de 1911, para o Depósito de Fardamentos e Pequeno Equipamento da Armada; e

Urgindo providenciar para obviar aos inconvenientes resultantes do atraso dos seus serviços de escrituração:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, determinar que a lotação para o Depósito de Fardamentos e Pequeno Equipamento da Armada seja aumentada com dois sargentos e mais duas

praças que saibam ler e escrever correntemente, todos do serviço activo, devendo uma das praças ser habilitada em dactilografia.

Paços do Governo da República, 15 de Março de 1920.—O Ministro da Marinha, Joaquim Pedro Vieira Júdice Bicker.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

### Secretaria Geral

#### Decreto n.º 6:450

Não podendo o decreto n.º 6:444, de 5 de Março corrente, corresponder, presentemente, aos fins a que se teve em vista com a sua promulgação:

Usando da autorização concedida ao Governo pela lei n.º 933, de 9 de Fevereiro de 1920: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º A partir da publicação deste decreto fica considerado sem efeito o decreto n.º 6:444, de 5 do corrente mês de Março, que tornava livre a importação e comércio de açúcares, refinados ou cristalizados, brancos, de proveniência estrangeira, e inseria várias disposições acerca do açúcar nacional.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior e os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 15 de Março de 1920.—ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA—António Maria Baptista—José Ramos Preto—Francisco Pina Esteves Lopes—Jodo Estevão Aguias—Joaquim Pedro Vieira Júdice Bicker—Xavier da Silva—Aníbal Lúcio de Azevedo—Fernando Pais Teles de Utra Machado—Vasco Borges—Bartolomeu de Sousa Severino—Jod Luis Ricardo.